



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de 19 de setembro de 2018

Nesta data, reuniu-se por convocação da presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Plano de Desenvolvimento Sustentável: construção da visão Rio 2050 e alinhamento à agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os tópicos da apresentação realizada pelo coordenador geral do Escritório de Planejamento da Casa Civil, Daniel Mancebo, foram os seguintes:

- Há um grande interesse em articular a elaboração do planejamento com a academia, de uma maneira muito próxima. Através do IPP, abrir parcerias com universidades, para que possamos fazer não só avaliações e cruzamento de informações sobre a cidade, mas principalmente para que tenhamos um panorama de como ela está.
- O objetivo é que seja um plano de estado, perene ao longo do tempo. Com um marco muito forte em 2030, alinhado com a discussão da agenda internacional da ONU relacionada às ODSs. Com metas claramente identificadas para serem cumpridas até 2030 e com uma visão que norteie até 2050 todo o planejamento de políticas públicas e todos os planos que as secretarias vêm fazendo.
- O plano deve ser paradigmático, no sentido da participação das pessoas em sua construção. Para que o plano seja perene, que possa ser perseguido por outros governos, é muito importante fazer com que a população tenha conhecimento desse planejamento e que se aproprie dele. Para que o plano possa ser acompanhado constantemente e construído coletivamente.
- O grande foco desse plano é para que possamos alcançar, de fato, uma cidade com mais qualidade de vida para seus habitantes. Passamos por diversas áreas como meio ambiente, urbanismo, segurança, saúde e educação.
- Temos o desafio de integrar os diferentes instrumentos de planejamento. Nosso esforço é desde a agenda internacional, que estabelece as ODSs como grande referência, passando por uma agenda nacional, já que o próprio IBGE é o grande responsável para a construção dos indicadores de acompanhamento dessa agenda. E, ainda, no âmbito metropolitano, onde temos uma instância metropolitana que precisa e vem sendo fortalecida.
- A proposta é que seja feita uma revisita ao plano a cada dois anos. A partir do momento que ele estiver sendo avaliado, discutido e construído pela população e parceiros, teremos uma revisão de dois em dois anos.
- A redução do déficit habitacional deveria ser uma meta perseguida pelo planejamento. Mas

no momento ela não é viável de ser mensurável, com os dados e informações que temos.

- A gente vem estabelecendo algumas parcerias, o IPP é uma delas. Conversamos também com a ONU-Habitat, bem como IBGE. O WRI vem sendo um parceiro nosso desde o ano passado, trabalhando na parte de engajamento da população nos territórios. A Câmara Metropolitana também é outro parceiro, eles trabalharam muito na elaboração de dados e diagnósticos.

- Através do WRI, iniciamos conversas com a Prefeitura de Madrid. Eles têm uma ferramenta muito robusta de participação social. Estamos estudando e avaliando essa plataforma. Mas ao longo do processo, descobrimos através de conversas com vocês no IPP, que a plataforma do ArcGis tem uma ferramenta de participação. Já construímos um primeiro protótipo, que vai ser um grande avanço no processo de engajamento digital.

- Prevemos encontros regionais, previstos para o ano que vem. A ideia é seguir as linhas do que está definido no Plano Diretor, sobre as regiões de planejamento.

- Num primeiro momento não estávamos pensando em estender o plano para a Região Metropolitana. Mas a parceria com a Câmara Metropolitana está sendo muito frutífera. A proposta é que a gente consiga construir um roteiro metodológico, destrinchando esse plano macro da metrópole para as particularidades de cada um dos municípios.

Em seguida, foi dada a palavra a Samir de Menezes Costa, do Escritório de Planejamento da Casa Civil. Os tópicos apresentados por ele foram os seguintes:

- Ano passado, tivemos a definição de diretrizes preliminares. Elas já foram absorvidas por dois outros planos entregues no ano passado, o Plano Estratégico e Plano Plurianual. Já é um produto do Plano de Desenvolvimento Sustentável que, de alguma maneira, já foi capilarizado na estrutura da prefeitura.

- Definimos os desafios e temas de desenvolvimento sustentável sob o olhar do comitê, formado por membros de todos os órgãos que compõe nossa prefeitura. Os temas foram quebrados em variáveis de controle. Estamos entre o avanço das variáveis de controle e a definição do panorama atual.

- Passamos agora a visitar as ODSs, a agenda da ONU. Temos analisados quais são as metas. São 17 objetivos, desdobrados em 169 metas. Nem todas as metas se aplicam no nível municipal e, mesmo que se apliquem, não deverão se aplicar exatamente como posto nas ODSs. Precisa de algum nível de adaptação, em função da distância do caráter global das ODSs em relação ao nível local em que estamos trabalhando.

- Ano que vem vamos definir as metas do PDS que deverão ser alcançadas pra 2030. Revisitaremos as diretrizes definidas ano passado e criaremos de verdade a agenda 2030.

- A ideia é produzir bastante material, dados e informações pra subsidiar a conversa com a população. Ao começarmos a participação popular, todas as fases, de alguma maneira, passariam pela conversa com a população. Seja numa versão online, presencial ou nas duas instâncias.

- A ideia é que já comece no pós-eleição uma primeira aproximação com as pessoas na plataforma. Com um objetivo primeiro de comunicar os ODSs e como eles se rebatem numa agenda de cidade. Depois a gente passa para novas ondas de participação, cada vez mais aprofundadas.

- A ideia é que a Matriz de Sustentabilidade seja um mecanismo de elegibilidade de projetos com base em ações de sustentabilidade. Tudo que a prefeitura faz, receberia pesos e notas

que comunicariam claramente para a estrutura da prefeitura e para o cidadão, como ela está posicionada numa visão de sustentabilidade da cidade. A construção dessa matriz será feita no âmbito do próprio PDS, mas a ideia é que ela sirva para além do PDS.

- Os corredores de sustentabilidade envolvem um processo pós-participação. Entendendo que as pessoas vão sugerir coisas diferentes, em função de suas realidades locais, a ideia é que o plano traga para nós agrupamento de problemas comuns, uma certa regionalização das questões a serem atacadas.

- Os kits de ferramentas envolvem um sistema de acompanhamento das intervenções, para avaliar se elas funcionaram ou não. A ideia é criar um mecanismo de aprendizado sobre as intervenções.

Aparte do Conselheiro Mauro Osorio: Existem metas fiscais?

- A Secretaria de Fazenda já foi envolvida na parte de variáveis de controle, algumas têm grande pegada orçamentária.

- A participação ainda não começou. A gente precisou produzir ao longo desse ano um material compatível com a qualidade de comunicação que a gente quer estabelecer com a população. A gente não conseguiria produzir isso sem que os órgãos se envolvessem.

- Os temas foram escolhidos por nós do Escritório. Precisávamos limitar o número de grupos, em função do tempo e da dinâmica do comitê. Como temos dois encontros, vimos que nosso fôlego seria de oito grupos por encontro. Fizemos um esforço para dividir todos os temas que precisamos trabalhar em 16 grupos. Esses grupos não são os grupos finais do trabalho, eles foram divididos dessa maneira só para efeito da condução da dinâmica.

- Uma justificativa para a favela ser tratada como um tema separado é a ideia de como o comitê pode consolidar a favela como parte da cidade, da forma que a gente entende como deve ser.

O coordenador geral do Escritório de Planejamento da Casa Civil, Daniel Manceb, retoma a palavra:

- O tema favela é sempre discutido e debatido em diversos fóruns onde vamos apresentar qualquer planejamento. Ficou muito marcado para nós, quando fomos discutir o Plano Estratégico nas regiões, a demanda da população das favelas em se ver no plano. O objetivo não é olhar de maneira estanque e segregada a favela da cidade, mas sim dar luz ao tema.

Aparte do Conselheiro Jailson de Souza: Primeiro: qual a definição de cidade? Se você não considera cidade apenas equipamentos e serviços urbanos, mas também padrões de sociabilidade, de convivência, de solidariedade, de acessibilidade e etc, a favela tem muito de cidade. Me parece que essa concepção de cidade tem que estar refletida para superar essa ideia de que a favela é um espaço à parte da cidade. Fazer do plano sem considerar as pessoas como seus eixos fundamentais vai cair num processo de objetivação das pessoas. E isso me parece um grande problema que vocês vão ter que enfrentar.

O coordenador geral do Escritório de Planejamento da Casa Civil, Daniel Mancebo, retoma a palavra:

- O foco principal é o indivíduo. É a partir dele que nós vamos construir qualquer planejamento para a cidade. O objetivo é a melhoria da qualidade de vida para o cidadão. Já está claro para nós que a questão da favela, ao invés de estarmos ali a destacando, ela vai estar permeando todos os outros temas que estão sendo considerados. Nosso interesse foi dar luz à favela, mas na realidade pode haver uma perspectiva muito ruim sobre esse ponto de vista, por parecer

que estamos segregando ou destacando. Esse processo está em construção, estamos absorvendo essas observações de vocês.

Aparte do Conselheiro Jailson de Souza: Não são indivíduos, são cidadãos territorializados e corporificados. Quando a gente pensa nessas pessoas concretas, vamos levar em consideração que as políticas que estão sendo construídas serão para esses cidadãos. Vamos construir políticas não para indivíduos, mas para cidadãos diferenciados no âmbito da cidade. Se colocarmos os temas como sujeito central e os difundimos para os indivíduos, não discutimos a territorialidade e a corporalidade da cidade. Acho que tende a dar problemas. A questão de quem são os cidadãos tem que estar mais visível.

Samir de Menezes Costa, do Escritório de Planejamento da Casa Civil, retoma a palavra:

- Definimos 21 desafios, 94 temas e 557 ações propostas, que serão revisitadas ano que vem. Um exemplo de desafio: governança responsável, transparente, integrada, planejada, objetivando a garantia de direitos a todos e consolidando a liderança metropolitana. Como tema de desenvolvimento sustentável a serem acompanhados: referência em transparência e planejamento, integração governamental, liderança metropolitana e redução dos custos da infraestrutura e serviços públicos. Outro exemplo de desafio, na área da saúde: universalização do acesso aos serviços de saúde, com qualidade e equidade, reduzindo as desigualdades regionais e foco em políticas de prevenção, melhoria da gestão e saúde dos animais.

- Em dois dias de encontro, com 45 pessoas, tivemos ao todo, 614 variáveis de controles preliminares. Pós-filtro ficamos com 436 e, agora, estamos em um processo de avaliação bem minucioso. Para cada tema de desenvolvimento sustentável a gente teve 4 ou 5 variáveis de controle. A ideia é que a gente chegue a uma ou duas, no máximo, e que sejam de fato assertivas.

- O objetivo é que nessa fase de construção do panorama em cima dessas variáveis, que a gente ao invés de receber o material georeferenciado, que as secretarias já imputem no ambiente do PDS, dentro do SIURB, essas informações. Para facilitar tanto na hora de publicar no ArcGis Hub para a população, quanto para que a gente possa ser mais um intermediário. O dado já vai estar ali e vai ser avaliado pela coordenação a partir do momento que for imputado no sistema.

- Até o fim de setembro continuaremos com as reuniões setoriais com as secretarias, refinando as variáveis de controle e entendendo o panorama da cidade. Olhando a variável de controle, as secretarias vêm sendo motivadas a construir um texto curto, mas assertivo, em relação ao tema do desenvolvimento sustentável. E apontar para nós um pequeno estudo de benchmark, no nível que eles tiverem, mesmo que seja preliminar. Apontar para nós quem são as referências naquelas questões que estão sendo tratadas sobre desenvolvimento sustentável. Observar como outras cidades solucionaram problemas que hoje são nossos. Até para haver uma aproximação em redes internacionais, para não ter que reinventar a roda.

- Através da parceria com o IPP, há uma série de instituições aqui representadas que já têm uma série de dados, informações e benchmarks possíveis de serem consideradas. A gente se coloca disponível para qualquer parceria. Várias áreas acadêmicas podem apoiar isso.

- A definição da visão 2050 nós já começamos, em paralelo aos encontros com o comitê dos trabalhos que já apresentamos. Chamamos uma série de especialistas para apresentarem seus trabalhos com uma visão de futuro. A ideia é sempre buscar uma visão de inovação e de longo prazo.

- O Danilo, responsável pelo projeto Naves do Conhecimento, traz uma das grandes observações sobre como os equipamentos públicos são sedutores e motivadores, eles têm um

impacto enorme nas comunidades, ganham uma nova dimensão de apropriação pelas pessoas. Daniele, Viveiros e Rita apresentaram os desafios da máquina da assistência social em um momento de grave crise. A Cristina Lemos coloca dados de violência e acidentes de trânsito vinculados ao sistema de saúde do município, número impressionantes de incapacitação e morte de motociclistas. Número de crianças vítimas de violência, números de suicídios de crianças, que vêm aumentando na cidade. Números impactantes, que tiraram o comitê de certa falta de visão desses dados. E como eles vêm se alterando rapidamente ao longo dos anos, para pior. Plano de adaptações a mudanças climáticas, apresentado pelo professor Emílio, demonstra que essas questões já precisavam estar maduras no planejamento das cidades. Estamos muito aquém do que precisávamos no momento atual.

- O Mauro fez uma apresentação sobre a avaliação econômica. Se a gente não discutir a questão econômica, não conseguiremos revolver muitos dos problemas que se colocam nesses outros temas que estão sendo apresentados. Gostaria de fazer o convite e marcar uma data possível para o Mauro, assim como outros especialistas que tiverem interesse, para trazer para o comitê. O objetivo é fazer a reflexão, sair um pouco da caixa e começar a planejar a visão de 2050.

- Falando sobre a participação. O Participa Rio foi apresentado como um dos trabalhos no seminário do SIURB. Transparência e participação social na construção do planejamento da cidade, tendo como piloto o PDS, com visão nos ODSs de 2030 e incluindo o desenvolvimento da plataforma online, que seria a plataforma de participação. O Participa Rio envolve um acordo de cooperação com o WRI; parceria com a ONU Habitat; a secretaria de Educação, fazendo o engajamento da comunidade escolar. A partir de 2019, as discussões vinculadas ao processo pedagógico, já vão introduzir os ODSs e o PDS com os professores e o rebatimento disso com os alunos. Parceria com as naves do conhecimento, estamos produzindo um material específico para elas.

- Em 2018 estamos mapeando os principais atores do território para consolidar a discussão territorial por região de planejamento. Estamos definindo as estratégias de divulgação e engajamento, participação online e presencial, junto com a equipe de comunicação, WRI e outros parceiros. Vamos criar a plataforma online de participação social. Até o final do ano já teremos começado testes com essa plataforma e o treinamento das pessoas para a sua condução.

- Em 2019 iremos para a ação, a definição e validação da visão de 2050 com as pessoas. A definição e avaliação de metas e indicadores para 2030. E o levantamento de soluções regionalizadas para grandes desafios. A grande ideia da participação é que seja uma dinâmica de super proposição de soluções para os grandes desafios.

Aparte do Conselheiro Mauro Osorio: Fico feliz em ver o SIURB sendo usado para isso, temos um instrumento importante e a gente precisa integrar as políticas. O esforço de fazer com os profissionais da casa é muito importante. Me incomoda trabalhar centralmente com a contratação de consultorias externas.

- Acho que precisa se pensar qual é o norte. Há uma série de questões que precisam ser discutidas para não ficar uma coisa fragmentada.

- O que o Pedro colocou é fundamental, que é não esquecer qual a política que se busca, uma política de qualidade. Tem que ter uma burocracia organizada, só é possível fazer o que a gente está fazendo aqui porque a prefeitura tem uma. Mas também é uma burocracia que está envelhecendo, é uma questão que precisamos pensar. No governo do estado isso seria absolutamente impossível de fazer, quase não tem gente.

- Qualquer governo novo, que tem legitimidade se tiver discutido na eleição, pode modificar o que foi definido pelo programa. O que precisa é que tenha estrutura de carreira, que esteja dando suporte. Propostas diferentes podem ser corretas, muitas vezes são bastante distintas a partir de linha filosófica e pensamento.

Aparte do Conselheiro Israel Sanches: Indo a uma questão de base. Qual seria a definição ou a visão de sustentabilidade que vocês adotam para embasar esse tipo de planejamento? E como vocês pretendem operacionalizar isso dentro da política? A questão da qualidade de vida, como vocês tratam isso? Me preocupo em relação a esses indicadores que vocês estão tentando definir. Estão em um viés mais quantitativo na hora de definir as métricas, mas os dois eixos da base conceitual de vocês é qualitativo: sustentabilidade e qualidade de vida.

Aparte do Conselheiro Pedro Strozenberg: Fazendo uma analogia, Medellín teve uma lei aprovada mais ou menos no mesmo tempo da nossa, o Estatuto da Cidade, que lista todos os mecanismos pra regulação do valor da terra. Eles estão conseguindo aplicar e nós não. Por trás disso há um impacto social de que a supervalorização da terra urbana precisa ser capturada de uma maneira e isso é encarado pela própria elite do estado de Medellín como algo natural. No Brasil a gente vê que o valor da terra é quase um item sagrado. O direito da propriedade se sobrepõe a tudo, é uma questão ideológica muito forte. A gente vê uma incapacidade da instalação de políticas redistributivas por causa de um preconceito político muito grande sobre essa questão. Esse instrumento é fundamental para a política urbana e que transcende a questão dos planos.

Aparte do assessor da presidência Carlos Krykhtine: Queria deixar um alerta quando vocês definem processualmente as revisões a cada dois anos e os três grandes ciclos. Acho que é importante, quando completarem esse primeiro ciclo, que seja encaminhado um instrumento legal que obrigue as próximas gestões a manterem esse planejamento processual. É importante que tenha essa salvaguarda. A próxima gestão, por exemplo, pode entender que não deve ter Casa Civil.

Aparte do Conselheiro Jailson de Souza: Acho central tentar construir uma política de estado, um dos maiores desafios da política brasileira. Mas para construir essa política de estado é preciso pensar em como mobilizar os servidores de carreira, como tornar de fato esse projeto em algo que vá além das gestões e das pessoas que estão em cargos de confiança. Articular a dimensão e um projeto de cidade mais abrangente, voltado para o cidadão, numa perspectiva de estado. Isso ajuda a evitar, por exemplo, determinadas lógicas mais imediatas e aceleradas.

Aparte de Pedro Castilho: Tive o privilégio de ter sido o superintendente do IBAMA/RJ, saindo da função no final do ano passado. Nós temos aqui no Rio de Janeiro essa questão do meio ambiente artificial e do meio ambiente natural. Nosso grande desafio é a preservação das reservas. Acompanhámos com muita preocupação o crescimento das questões relacionadas ao desmatamento da Mata Atlântica, o que temos é hoje é inferior a 7% de mata remanescente ainda preservada. Existe um problema gravíssimo associado, que acho que é o grande responsável por esse desmatamento desenfreado. Cheguei a ter uma técnica analista ambiental abordada por um miliciano, foi seriamente intimidada. Não há como discutir qualidade de vida olhando pros próximos 20, 30 e 40 anos, se não houver um debate relacionado a um cinturão de proteção, que é necessário. Nós temos a legislação, mas também temos os órgãos que funcionam muito precariamente. A gente precisa debater e intensificar as ações nesse sentido.

O coordenador geral do Escritório de Planejamento da Casa Civil, Daniel Mancebo, retoma a palavra:

- Eu fico muito contente com todas as ponderações. A primeira premissa que adotamos, quando começamos a construir o PDS, é que ele não é um plano acabado e nem deve ser. Os ajustes vão e devem fazer parte desse planejamento. Os técnicos estão tendo uma ótima receptividade em relação ao plano, porque está dando a eles uma motivação muito grande em construir, de fato, o modelo de cidade que querem. A gente concorda com a maior parte das ponderações. Queremos ter o modelo de centro-periferia muito bem amadurecido, discutido e com uma clareza do que se quer. A gente precisa ter instrumentos de financiamento que viabilizem a maior parte das práticas. Essa é uma das críticas internas que fazemos, em termos de planejamento: o descolamento do plano da prática.

- A situação de Guaratiba e das áreas periféricas nos salta os olhos. Entendemos que temos que fazer diferente. O planejamento para as áreas de expansão já parte de uma premissa de que não deveriam ser áreas de expansão.

Aparte do Conselheiro Mauro Osorio: No momento em que a cidade perdeu desde janeiro de 2015 mais de 300 mil empregos de carteira assinada, e a construção civil gera muito emprego, a tendência da prefeitura em ficar pensando em curto prazo e em mais empregos, pode acabar tendo uma visão mais liberal, no sentido de liberar mais áreas para a expansão. Tem que haver uma preocupação importante em entender o drama do desemprego e não permitir que acabe se fazendo uma coisa de perna curta que vá gerar mais problemas.

O coordenador geral do Escritório de Planejamento da Casa Civil, Daniel Mancebo, retoma a palavra:

- Quando colocamos na ponta do lápis o custo de termos equipamentos de saúde, segurança, educação e uma série de outras coisas, em função dessa expansão horizontal, vemos que a conta não vai fechar. Não caberá, nos próximos anos, uma nova expansão de equipamentos públicos e infraestrutura urbana, que geram um custo muito elevado para a cidade. Não sem as contrapartidas de outorgas e capturas de mais-valia.

- Em relação à sustentabilidade, entendemos não só por meio de um ponto de vista meramente ambiental. É mais complexo. Pretendemos trazer o social, vemos que é o grande desafio da cidade, junto do fator econômico e o ambiental. Pensando na governança, enquanto poder público, articulador de várias secretarias, como é a Casa Civil, vemos que sem a refundação de alguns princípios da governança não vamos conseguir responder.

Samir de Menezes Costa, do Escritório de Planejamento da Casa Civil, retoma a palavra:

- Na medida em que você apresenta para o cidadão, de forma clara, o planejamento territorializado para a cidade e que ele tem mecanismos de apropriação do que está estabelecido, a perspectiva política acaba se alinhando ou buscando formas de aderência ao que está publicamente posto e validado.

O coordenador geral do Escritório de Planejamento da Casa Civil, Daniel Mancebo, retoma a palavra:

- Um ponto que é muito gritante para nós, do ponto de vista da governança, é que não basta demarcar ou dizer que um planejamento não é possível, sem ter os mecanismos de controle funcionando. São instrumentos de governança que possibilitam alcançarmos o que está previsto no planejamento.

- Ainda não havíamos pensado em um instrumento legal para regulamentar o plano. Mas

achamos importante. Só que por outro lado, por conta das mudanças políticas que têm que ser consideradas, ficamos num linha tênue de até que ponto uma legislação amarra tanto que não se permite que uma mudança de gestão possa fazer um ajuste necessário. Talvez o tipo de legislação que temos que viabiliza não amarre tanto para que permita a viabilização da proposta em novos governos, mas que também não seja frouxo a ponto de não ter uma continuidade por gestão. Concordamos com você, de alguma maneira temos que ter algum instrumento, mas o quão amarrado ele será?

- Pretendemos que o plano possa ser mensurável o máximo possível. Estamos buscando viabilizar formas de fazer com que o plano seja bem pragmático, mensurável, que possa ser facilmente acompanhado pela população.

O presidente Mauro Osorio agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.